

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias**

**Janaúba Transmissora de Energia
Elétrica S.A.**

CNPJ: 26.617.923/0001-80

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração Regulatório	1
Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis regulatórias.....	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A Janaúba é controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos. A JAN atua no segmento de transmissão de energia elétrica, nas regiões Nordeste e Sudeste e responde por 0,71% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linhas de transmissão da Rede Básica que compreendem 03 subestações na tensão de 500 kV e aproximadamente 545 km de linhas de transmissão igualmente em 500 kV, conforme quadro a seguir:

Subestações e Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac.Trans-form. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Bom Jesus da Lapa II - Janaúba 3	Simplex	500	308	n/a	01/09/2021	10/02/2047
Janaúba 3 - Pirapora 2	Simplex	500	237	n/a	01/09/2021	10/02/2047

Linha de Transmissão	RAP - R\$ mil (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
JAN	233.767	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 3.067 de 12 de julho de 2022.)

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada é de R\$257.595 mil para o período de 2023, representando um acréscimo de 3,95% em relação a 2022, conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2022							
Linha de Transmissão	2021	2022 (*)	2023	2024	2025	2026	2027
JAN	78.469	247.804	257.595	257.595	257.595	257.595	257.595

(*) RAP realizada.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da JAN e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A JAN, respaldadas pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e do cliente, o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção de subestação e linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo valor de R\$55 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separadamente, sem modificação, com data de 24 de março de 2023.

Informações Comparativas - Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 29 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, contendo parágrafo de ênfase sobre a base para elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

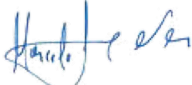
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	101.817	90.774
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	25.479	26.561
Impostos e contribuições sociais correntes	6	9.631	5.969
Outras contas a receber e outros ativos		2.669	5.341
Total dos ativos circulantes		139.596	128.645
<i>Ativos não circulantes</i>			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	1.513	4
Outras contas a receber		131	177
Depósitos judiciais		2.423	2.476
Impostos e contribuições diferidos	7	36.985	57.307
Imobilizado	8	929.351	956.348
Intangível	8	17.757	17.757
Total dos ativos não circulantes		988.160	1.034.069
Total dos ativos		1.127.756	1.162.714
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	10	32.483	61.653
Debêntures	11	15.312	127.370
Impostos e contribuições sociais correntes		2.546	4.875
Taxas regulamentares		1.287	660
Dividendos e JCP a pagar		25.788	357.375
Outras contas a pagar		1.768	3.365
Total dos passivos circulantes		79.184	555.298
<i>Passivos não circulantes</i>			
Debêntures	11	994.762	864.308
Provisões para contingências	12	4.898	4.497
Outras contas a pagar		22.645	19.430
Total dos passivos não circulantes		1.022.305	888.235
Total dos passivos		1.101.489	1.443.533
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		225.145	193.145
Reserva de lucros		526.438	197.826
Prejuízos acumulados		(725.316)	(671.790)
Total do patrimônio líquido	13	26.267	(280.819)
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.127.756	1.162.714

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	Nota expli- cativa	2022	2021
Disponibilização do sistema de transmissão		247.804	78.469
Parcela variável		(554)	(18)
Receita bruta	17	247.250	78.451
PIS e COFINS Corrente		(23.110)	(7.529)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(2.841)	(912)
Tributos e encargos		(25.951)	(8.441)
Receita operacional líquida	17	221.299	70.010
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(3.987)	(1.117)
Material		(105)	(54)
Serviços de terceiros		(1.910)	(513)
Depreciação e amortização		(27.121)	(4.503)
Outros custos operacionais		(607)	(69)
	18	(33.730)	(6.256)
Lucro Bruto		187.569	63.754
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(3.363)	(1.420)
Serviços de terceiros		(1.273)	(843)
Outras despesas operacionais		(569)	19
	18	(5.205)	(2.244)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições		182.364	61.510
Receitas financeiras		12.974	3.210
Despesas financeiras		(113.966)	(149.782)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	19	(100.992)	(146.572)
Lucro antes dos impostos e contribuições		81.372	(85.062)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.534)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(20.322)	27.374
Imposto de renda e contribuição social	14	(21.856)	27.374
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		59.516	(57.688)
Lucro por ação			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)		0,26435	(0,29868)
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)		0,26435	(0,29868)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	59.516	(57.688)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	59.516	(57.688)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros a realizar	Dividendos adicionais propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial	Incentivo Fical				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		40.645	3.155	37.490	-	-	209.356	(407.963)	(117.317)
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(209.356)	-	(209.356)
Aumento de capital		152.500	-	-	-	-	-	-	152.500
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	- (57.688)	-	(57.688)
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):									
Reserva legal		-	10.307	-	-	-	-	(10.307)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	146.874	-	(146.874)	-
Dividendos mínimo obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(48.958)	(48.958)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	193.145	13.462	37.490	-	146.874	-	(671.790)	(280.819)
Aumento de capital		32.000	-	-	-	-	-	-	32.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	59.516	-	59.516
Retificação da dest. do result. de exercício(s) anterior(es)		-	-	-	-	241.358	-	-	241.358
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):									
Reserva legal		-	5.652	-	-	-	-	(5.652)	-
Reserva especial		-	-	(37.490)	-	37.490	-	-	-
Reserva Incentivo Fiscal		-	-	-	4.238	-	-	(4.238)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	77.364	-	(77.364)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(25.788)	(25.788)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	225.145	19.114	-	4.238	503.086	-	(725.316)	26.267

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Janaúba Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		59.516	(57.688)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	8 e 18	27.121	4.503
Provisão de riscos trabalhistas e cíveis	12	295	1.585
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	19	5	645
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.534	-
Provisão (reversão) de atualização monetária de contingências	19	303	(456)
Provisão (reversão) imposto de renda e contribuição social diferidos	14	20.322	(27.374)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	11 e 19	109.692	144.523
Provisão de parcela variável	5	5	18
		<u>218.793</u>	<u>65.756</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de clientes		(432)	(26.583)
(Aumento) redução nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(3.929)	1.432
Redução (aumento) nas outras contas a receber		2.767	(496)
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		(28.413)	16.699
Aumento no saldo de taxas regulamentares		627	660
Aumento nas outras contas a pagar		665	4.494
		<u>(28.715)</u>	<u>(3.794)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		190.078	61.962
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.597)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		186.481	61.962
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Adições) no imobilizado e intangível	8	(125)	(166.491)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(125)	(166.491)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures - principal		(30.230)	-
Pagamento de debêntures - juros		(61.066)	-
Pagamento de dividendos e JCP		(116.017)	-
Aumento de capital	13	32.000	152.500
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(175.313)	152.500
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		11.043	47.971
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	90.774	42.803
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	101.817	90.774
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		11.043	47.971

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Janaúba Transmissora de Energia
Elétrica S.A.**

CNPJ no 26.617.923/0001-80

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Pirapora 2/Janaúba 3 em 500 kv e Janaúba 3/Bom Jesus da Lapa 2 em 500 kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015 - segunda parte, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 15/2017 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos.

Em 1º de setembro de 2021 a Companhia concluiu a energização total de seu empreendimento que consiste em 545 km de linha (Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3 e Janaúba 3 – Pirapora 2), e 3 subestações (SE Bom Jesus da Lapa 2I, SE Janaúba 3 e SE Pirapora 2), com capacidade de 500kV.

A JAN é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 25 de abril de 2023.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 24.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Janaúba Transmissora de Energia
Elétrica S.A.**

CNPJ no 26.617.923/0001-80

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos e atualização monetária de depósitos judiciais. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre debêntures e atualização monetária de contingências.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**Janaúba Transmissora de Energia
Elétrica S.A.**

CNPJ no 26.617.923/0001-80

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.6. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.8. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.9. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

Janaúba Transmissora de Energia

Elétrica S.A.

CNPJ no 26.617.923/0001-80

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.10. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual	Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis.
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis regulatórias do Grupo em períodos futuros.

**Janaúba Transmissora de Energia
Elétrica S.A.**

CNPJ no 26.617.923/0001-80

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	55	47
Aplicações financeiras	101.762	90.727
	101.817	90.774

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
CDB	101,41% do CDI	101,09% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	27.015	26.583
Parcela variável (i)	(23)	(18)
	26.992	26.565
Circulante	25.479	26.561
Não circulante (ii)	1.513	4

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2022 e 2021, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2022	31/12/2021
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	24.123	1.182	1.531	173	6	27.015	26.583

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características do contrato de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

**Janaúba Transmissora de Energia
Elétrica S.A.**

CNPJ no 26.617.923/0001-80

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia será remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

**Janaúba Transmissora de Energia
Elétrica S.A.**

CNPJ no 26.617.923/0001-80

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022		
Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 13/07/2021(*)		
Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
233.767	(6.678)	227.089	213.631	-	213.631

(*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL a compensar	2.537	2.268
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	7.073	3.213
PIS e COFINS a compensar	4	13
Outros	17	475
Ativo circulante	9.631	5.969
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.996	3.875
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	79	103
INSS, FGTS, ISS e ICMS	471	886
Outros	-	11
Passivo circulante	2.546	4.875

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	13.017	22.412
IRPJ sobre prejuízos fiscais	55.379	45.870
	68.396	68.282
Passivo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo	36.985	(10.975)
Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL - passivo	36.985	57.307

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto						Depreciação acumulada				Valor líquido	
		31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferência	31/12/2022	31/12/2021	Depreciação incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Imobilizado em Serviço													
Transmissão													
Edificações, obras civis	3,33%	5.772	-	-	-	-	5.772	(32)	(192)	-	(224)	5.548	5.740
Máquinas e equipamentos	2,82%	954.678	-	-	-	15	954.693	(4.471)	(26.927)	-	(31.398)	923.295	950.207
Móveis e utensílios	8,00%	25	-	-	-	-	25	-	(2)	-	(2)	23	25
Total Serviço		960.475	-	-	-	15	960.490	(4.503)	(27.121)	-	(31.624)	928.866	955.972
Ativo Imobilizado em Curso													
Transmissão													
Móveis e utensílios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maquinas e equipamentos		-	101	-	-	(15)	86	-	-	-	-	86	-
Adiantamento a fornecedores (*)		277	-	-	-	-	277	-	-	-	-	277	277
Almoxarifado de obras		99	-	-	-	-	99	-	-	-	-	99	99
Total Curso		376	101	-	-	(15)	462	-	-	-	-	462	376
Administrativo													
Maquinas e equipamentos		-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-
Móveis e Utensílios		-	21	-	-	-	21	-	-	-	-	21	-
Total em curso		376	124	-	-	(15)	485	-	-	-	-	485	376
Total do Ativo Imobilizado		960.851	124	-	-	-	960.975	(4.503)	(27.121)	-	(31.624)	929.351	956.348

Intangível	Taxa média de amortização	Valor Bruto						Amortização acumulada				Valor líquido	
		31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificação	Transfe-rência	31/12/2022	31/12/2021	Amortização incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço													
Transmissão													
Servidões		17.757	-	-	-	-	17.757	-	-	-	-	17.757	17.757
Administração		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Serviço		17.757	-	-	-	-	17.757	-	-	-	-	17.757	17.757
Ativo Intangível em Curso													
Transmissão													
Outros intangíveis em curso		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível		17.757	-	-	-	-	17.757	-	-	-	-	17.757	17.757

	Taxas anuais médias de depreciação	2022			2021
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado e intangível					
Em serviço					
Transmissão	0,00%	978.247	(31.624)	946.623	973.729
Administração	0,00%	-	-	-	-

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Taxas anuais médias de depreciação	2022			2021
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
		978.247	(31.624)	946.623	973.729
Em curso - Transmissão				-	
Transmissão		462	-	462	376
Administração		23	-	23	-
		485	-	485	376
Total do imobilizado e intangível		978.732	(31.624)	947.108	974.105

Composição das adições do imobilizado por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Móveis e Utensílios	-	21	21
Máquinas e equipamentos	2	101	103
Total das adições do imobilizado em curso	2	122	124

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
Transações com empresas ligadas					
1	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Transações com empresas ligadas					
	Reembolso de despesas – Ananai	8	-	-	-
1	PSTEL – CEMIG	1.454	1.572	13.724	4.704
		1.462	1.572	13.724	4.704

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
Transações com Controladores					
1	OCP x disponibilidades – CCI – Taesa	R\$5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.
2	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
3	OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" – Janaúba	R\$27 Valor mensal	30/03/2020 a 30/03/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos. Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
4	OCP x Despesas operacionais – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	
5	OCP x Despesas operacionais – Serviço de Manutenção e Operação – Taesa	R\$51 valor mensal	27/08/2021 a 27/08/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso, mais juros de moral de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido a critério da contratante, mediante notificação com antecedência de 30 dias.
Transações com empresas ligadas					
6	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas – Sant'ana (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
7	OCP x Custo e Despesa com pessoal -	Investimento conforme opção do funcionário	Término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais /	Não houve.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
	Previdência privada - Forluz			Não há atualização monetária.	

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
	Transações com a Controladora				
2	Reembolso de despesas Janaúba x Taesa	-	411	-	-
3	Backoffice Janaúba x Taesa	-	-	-	298
4	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	307	412	4.247	412
5	O&M - Taesa	54	221	642	221
	Transações com Empresas do grupo taesa e empresas ligadas				
6	Reembolso de despesas Janaúba x Sant'ana	7	167	-	-
	Reembolso de despesas Janaúba x Mariana	7	-	-	-
	Reembolso de despesas Janaúba x Ananaí	56	-	-	-
7	Previdência Privada - Forluz - Custos e Despesa	-	-	85	6
		431	1.211	4.974	937

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2021	Adição	Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos declarados (*)	Dividendos pagos	31/12/2022
Dividendos a pagar à Taesa	357.375	25.788	(241.358)	(116.017)	25.788

(*) A AGO de 29 de abril de 2022, retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021. Com essa decisão, os dividendos adicionais propostos e os dividendos declarados foram movimentados para reserva de lucros a realizar.

Aprovação de dividendos	31/12/2020	Data de aprovação	31/12/2021
Dividendos a pagar à Taesa	99.061	258.314	357.375

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão e outros	32.483	61.653
	32.483	61.653

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção da linha de transmissão.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. DEBÊNTURES

Credor	Taxas de juros	Venc.	2022				2021			
			Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série (BTG/Santander/XP) (a)	IPCA + 4,5%	15/07/2033	(7.941)	251.089	5.184	248.332	(9.506)	267.095	35.741	293.330
2ª Emissão - Série única (b) (BTG/Itaú)	IPCA + 4,8295%	15/12/2044	(30.318)	790.283	1.777	761.742	(32.792)	664.826	66.314	698.348
			(38.259)	1.041.372	6.961	1.010.074	(42.298)	931.921	102.055	991.678
Circulante						15.312				127.370
Não circulante						994.762				864.308

(a) Em 11 de janeiro de 2019 a Companhia emitiu 224.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de janeiro e de julho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2022.

(b) Em 16 de dezembro de 2019 a companhia emitiu 575.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de dezembro e de junho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2025.

	2022	2021
Saldo inicial	991.678	846.959
(+) Reversão de custo de transação	-	196
(+) Juros e variação monetária incorridos	105.652	140.433
(-) Pagamento de principal	(30.230)	-
(-) Pagamento de juros	(61.066)	-
(+) Amortização do custo de captação	4.040	4.090
Saldo final	1.010.074	991.678

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Sub total	Total
		2024	2025	2026	Após 2026			
IPCA - 1ª emissão	17.435	16.242	17.687	19.804	185.106	238.839	256.274	
IPCA - 2ª emissão	1.776	-	8.394	17.595	764.294	790.283	792.059	
(-) Custos de emissão a amortizar	(3.899)	(3.759)	(3.600)	(3.346)	(23.655)	(34.360)	(38.259)	
	15.312	12.483	22.481	34.053	925.745	994.762	1.010.074	

O contrato da 1ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2022 todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

O contrato da 2ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2022 todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas. todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

12. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos trabalhistas, fiscais e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, e trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, no valor atualizado de R\$2.410.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2021	Adições	Reversões	Atualização	Servidões (*)	Baixa	31/12/2022
Trabalhistas	-	12	-	-	-	(12)	-
Cíveis	4.497	308	(25)	303	(185)	-	4.898
	4.497	320	(25)	303	(185)	(12)	4.898

(*) Refere-se basicamente à redução de provisão por decisão judicial de levantamento de depósito pela contraparte relacionado à servidão administrativa

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$4.624 (R\$700 em dezembro de 2021), sendo R\$364 referentes a contingências cíveis, R\$714 a contingências trabalhistas e R\$3.546 a contingências tributárias (R\$83 contingências cíveis, R\$403 contingências trabalhistas e R\$214 contingências tributárias), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários relativos à discussão quanto a exigência de ICMS no estado da Bahia, totalizando o valor atualizado de R\$3.303, em 31 de dezembro de 2022.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente integralizado era de R\$225.145, representado por 225.145.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente integralizado era de R\$193.145 representado por 193.145.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Data	Evento	Capital integralizado em 2022
21/09/2022	Aumento de capital	32.000
		32.000

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social, (b) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no estado da Bahia, e (c) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - societário	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	113.042	206.139
- Reserva legal	(5.652)	(10.307)
- Dividendos mínimos obrigatórios	(25.788)	(48.958)
- Reserva de incentivo fiscal	(4.238)	-
- Reserva de lucros a realizar	(77.364)	(146.874)

(*) A AGO de 29 de abril de 2022, retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021. Com essa decisão, os dividendos adicionais propostos e os dividendos declarados foram movimentados para reserva de lucros a realizar.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.534)	20.128
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.322)	7.246
	(21.856)	27.374

15. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Fator	20/09/2022 a 19/09/2023	10.000	-	5
Risco operacional	Mapfre	01/12/2022 a 01/06/2024	-	81.537	-
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Ezze	19/09/2022 a 18/09/2023	60.000	-	8

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	101.762	90.727
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	55	47
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	26.992	26.565
	128.809	117.339

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	32.483	61.653
- Debêntures		991.678
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	5.380	2.922
	37.863	1.056.253

16.4. Risco de mercado

16.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2022	Cenário provável em 31/12/2023
CDI	12,39%	12,75%
IPCA	5,90%	5,78%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 03 de março de 2023 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2022	Efeito Provável no LAIR - 2023 - (redução)
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	101.762	366
Passivos Financeiros – Debêntures – IPCA	1.048.333	15.463
		15.829

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("covenants"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia), (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Financiamentos	Até 1 mês	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	11.789	51.314	293.984	2.992.123	3.349.210

16.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

16.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia do valor justo
<i>Ativos financeiros</i>				
Equivalentes de caixa	4	101.762	90.727	Nível 2

16.8.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

	Nota explicativa	31/12/2022 Valor contábil	Valor justo	31/12/2021 Valor contábil	Valor justo	Hierarquia do valor justo
Debêntures - Passivos financeiros	11	1.010.075	816.577	991.678	931.819	Nível 2

A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos.

17. LUCRO POR AÇÃO

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	59.516	(57.688)
Quantidade de ações ordinárias	225.145	193.145
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,26435	-0,29868

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2022	2021
Disponibilização do sistema de transmissão	247.804	78.469
Parcela variável	(554)	(18)
Receita bruta	247.250	78.451
PIS e COFINS Correntes	(23.110)	(7.529)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE	(2.841)	(912)
Tributos e encargos	(25.951)	(8.441)
Receita líquida	221.299	70.010

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2022	2021
- Remuneração direta	(5.554)	(709)
- Benefícios	(882)	(1.577)
- FGTS e INSS	(914)	(251)
Pessoal	(7.350)	(2.537)
Materiais	(105)	(54)
Serviços de terceiros	(3.183)	(1.356)
Depreciação e amortização	(27.121)	(4.503)
- Outros	(1.176)	(50)
Outros custos operacionais	(1.176)	(50)
Total custos e despesas	(38.935)	(8.500)

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2022	2021
Renda de aplicação financeira	12.979	2.754
Atualização monetária de depósitos judiciais	(5)	456
Receitas financeiras	12.974	3.210
Encargos financeiros - Debêntures	(109.692)	(144.523)
Juros de arrendamento	(8)	-
Atualização monetária de contingências	(303)	(645)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(3.971)	(4.614)
Despesas Financeiras	(113.974)	(149.782)
	(101.000)	(146.572)

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2022, 83,33% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (64,28% em 31 de dezembro de 2021).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes Relacionadas.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais – A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo a licença ambiental concedida à Companhia:

Licença ambiental			
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento
Trecho LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031

Alteração na diretoria – Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de juros e principal da 1ª emissão de debêntures da JAN – Em 16 de janeiro de 2023, a JAN pagou aos debenturistas o montante de R\$11.805, sendo R\$5.654 de juros e R\$6.151 de principal.

Pagamento de dividendos – Em 15 de março de 2023, a Companhia pagou o montante de R\$74.000 a título de dividendos intermediários referentes à reserva de lucros a realizar, aprovados na AGE de 17 de fevereiro 2023.

24. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		101.817	-	101.817	90.774	-	90.774
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		25.479	-	25.479	26.561	-	26.561
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	222.145	222.145	-	208.478	208.478
Impostos e contribuições sociais correntes		9.631	-	9.631	5.969	-	5.969
Outras contas a receber e outros ativos		2.669	-	2.669	5.341	-	5.341
Total dos ativos circulantes		139.596	222.145	361.741	128.645	208.478	337.123
<i>Ativos não circulantes</i>							
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1.513	-	1.513	4	-	4
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	2.031.111	2.031.111	-	1.980.553	1.980.553
Impostos e contribuições diferidos		36.985	(36.985)	-	57.307	(57.307)	-
Direito de uso		-	68	68	-	-	-
Outras contas a receber		131	-	131	177	-	177
Depósitos judiciais		2.423	-	2.423	2.476	-	2.476
Imobilizado	(iv)	929.351	(929.328)	23	956.348	(956.348)	-
Intangível	(iv)	17.757	(17.757)	-	17.757	(17.757)	-
Total dos ativos não circulantes		988.160	1.047.109	2.035.269	1.034.069	949.141	1.983.210
Total dos ativos		1.127.756	1.269.254	2.397.010	1.162.714	1.157.619	2.320.333

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		32.483	-	32.483	61.653	-	61.653
Debêntures		15.312	-	15.312	127.370	-	127.370
Passivo de arrendamento		-	70	70	-	-	-
Impostos e contribuições sociais correntes		2.546	-	2.546	4.875	-	4.875
Taxas regulamentares		1.287	-	1.287	660	-	660
Dividendos e JCP a pagar		25.788	-	25.788	357.375	-	357.375
Outras contas a pagar		1.768	-	1.768	3.365	-	3.365
Total dos passivos circulantes		79.184	70	79.254	555.298	-	555.298
<i>Passivos não circulantes</i>							
Debêntures		994.762	-	994.762	864.308	-	864.308
Impostos e contribuições sociais diferidos	(ii)	-	336.664	336.664	-	284.457	284.457
Tributos diferidos	(iii)	-	207.204	207.204	-	201.372	201.372
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		4.898	-	4.898	4.497	-	4.497
Outras contas a pagar		22.645	-	22.645	19.430	-	19.430
Total dos passivos não circulantes		1.022.305	543.868	1.566.173	888.235	485.829	1.374.064
Total dos passivos		1.101.489	543.938	1.645.427	1.443.533	485.829	1.929.362
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		225.145	-	225.145	193.145	-	193.145
Reserva de lucros		526.438	-	526.438	197.826	-	197.826
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados		(725.316)	725.316	-	(671.790)	671.790	-
Total do patrimônio líquido	(vi)	26.267	725.316	751.583	(280.819)	671.790	390.971
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.127.756	1.269.254	2.397.010	1.162.714	1.157.619	2.320.333

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		247.804	(247.804)	-	78.469	(78.469)	-
Operação e manutenção		-	23.398	23.398	-	7.436	7.436
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	209.556	209.556	-	33.551	33.551
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	77.772	77.772	-	102.321	102.321
Construção e indenização		-	-	-	-	548.167	548.167
Outras receitas operacionais		-	1.304	1.304	-	-	-
Parcela variável		(554)	-	(554)	(18)	-	(18)
Receita bruta	(vii)	247.250	64.226	311.476	78.451	613.006	691.457
PIS e COFINS Corrente		(23.110)	-	(23.110)	(7.529)	-	(7.529)
PIS e COFINS Diferidos		-	(5.832)	(5.832)	-	(55.589)	(55.589)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(2.841)	-	(2.841)	(912)	-	(912)
Tributos e encargos	(viii)	(25.951)	(5.832)	(31.783)	(8.441)	(55.589)	(64.030)
Receita operacional líquida		221.299	58.394	279.693	70.010	557.417	627.427
<i>Custos operacionais</i>							
Pessoal		(3.987)	-	(3.987)	(1.117)	-	(1.117)
Material		(105)	(101)	(206)	(54)	(166.491)	(166.545)
Serviços de terceiros		(1.910)	-	(1.910)	(513)	-	(513)
Depreciação e amortização		(27.121)	26.951	(170)	(4.503)	4.503	-
Outros custos operacionais		(607)	175	(432)	(69)	-	(69)
	(ix)	(33.730)	27.025	(6.705)	(6.256)	(161.988)	(168.244)
Lucro Bruto		187.569	85.419	272.988	63.754	395.429	459.183
<i>Despesas gerais e administrativas</i>							
Pessoal e administradores		(3.363)	-	(3.363)	(1.420)	-	(1.420)
Serviços de terceiros		(1.273)	-	(1.273)	(843)	-	(843)
Outras despesas operacionais		(569)	-	(569)	19	-	19
		(5.205)	-	(5.205)	(2.244)	-	(2.244)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições		182.364	85.419	267.783	61.510	395.429	456.939
Receitas financeiras		12.974	-	12.974	3.210	-	3.210
Despesas financeiras	(v)	(113.966)	(8)	(113.974)	(149.782)	-	(149.782)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(100.992)	(8)	(101.000)	(146.572)	-	(146.572)
Lucro antes dos impostos e contribuições		81.372	85.411	166.783	(85.062)	395.429	310.367
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.534)	-	(1.534)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(xi)	(20.322)	(31.885)	(52.207)	27.374	(131.602)	(104.228)
Imposto de renda e contribuição social		(21.856)	(31.885)	(53.741)	27.374	(131.602)	(104.228)
Lucro líquido do exercício	(xii)	59.516	53.526	113.042	(57.688)	263.827	206.139

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado nas notas de ajuste (i) e (vi), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06(R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e ativo intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado e ativo intangível, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

(v) Direito de uso e passivo de arrendamento

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 01 de janeiro de 2022, porém a administração optou por não adotar os efeitos do CPC 06(R2) por considerar que os custos para tal superam os benefícios ao leitor, isso diante da imaterialidade dos saldos de arrendamento não vinculados a concessão, conforme conciliação demonstrada no item (vi).

(vi) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido societário	751.583	390.971
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(2.253.256)	(2.189.031)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	947.085	974.105
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	373.649	341.764
Direito de uso (CPC 06 (R2))	2	-
Tributos diferidos (CPC 47)	207.204	201.372
Patrimônio líquido regulatório	26.267	(280.819)

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(vii) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(viii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(ix) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material e outros custos de construção".

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os custos, despesas, amortização do direito de uso e a depreciação de desmobilização referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

(xi) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, ao IR e CSLL diferidos.

(xii) Lucro líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2022	2021
Lucro societário do exercício	113.042	206.139
Receita bruta (CPC 47)	(64.226)	(613.006)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	5.832	55.589
Depreciação e amortização (CPC 47)	(26.951)	(4.503)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	(74)	166.491
Despesa financeira – Arrendamento (CPC 06 (R2))	8	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	31.885	131.602
Lucro regulatório do exercício	59.516	(57.688)

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Vago	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49